



Célio Azevedo

AUDIÊNCIA Na Comissão de Assuntos Econômicos, senadores defendem alteração do projeto

Nova Lei de Falências pode mudar para proteger os trabalhadores

Senadores e autoridades concordaram, em audiência promovida ontem pela CAE, que proposta deve ser modificada para assegurar que créditos devidos a trabalhadores tenham prioridade de pagamento no caso de falência de empresas.

Páginas 4 e 5



Célio Azevedo

Conselho decide sobre nova mulher-cidadã

ESCOLHA Conselho inicia o exame das indicações para o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz

Na próxima terça-feira, a partir das 11h30, o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz vai selecionar as cinco candidatas que serão agraciadas este ano, no Plenário do Senado, por terem se destacado na defesa dos direitos da mulher e na luta por uma sociedade justa e igualitária. Na reunião de ontem, os nove integrantes que compõem o conselho iniciaram a análise das indicações. Ao total, foram apresentados 45 currículos, encaminhados por parlamentares e entidades.

Esta é a terceira vez que vai ocorrer a premiação. A mulher que recebeu o maior número de indicações, inclusive da senadora Roseana Sarney (PFL-MA), foi a escritora, farmacêutica-química e microbiologista Palmerinda Donato. Na lista aparece também o nome da pedagoga Maria Aparecida Schumacher; da militante política Clara Charf; da lavradora Joana da Cruz Santos; da pianista Lindalva Cruz; e de Creuza Maria Oliveira, presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad).

Empresa tem um ano para se adaptar a código

Senado aprova projeto que dá nova chance para adequação ao Código Civil

O Plenário votou ontem o projeto que aumenta para dois anos o prazo para que empresas, associações, sociedades e fundações se adaptem ao novo Código Civil. O período de um ano, que se esgotou em 11 de

janeiro, foi insuficiente para que empresas e entidades convocassem seus integrantes e deliberassem sobre alterações estatutárias. O projeto agora só depende da sanção do presidente da República para ser transformado em lei.

Página 3

Senado abre processo para afastar suplente

A Mesa do Senado decidiu abrir processo administrativo destinado a afastar o suplente de senador Mário Calixto Filho, que assumiu o mandato de senador em substituição a Amir Lando, novo ministro da

Previdência. Só no fim da tarde de segunda-feira, a Mesa foi informada de que Mário Calixto Filho estava com os direitos políticos suspensos pelo Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia desde outubro passado.

Página 2



Genildo Moguele

ANÚNCIO Paim (centro, ao lado de Tuma) informa que Eduardo Siqueira Campos (D) foi indicado relator do processo contra suplente

Roosevelt Pinheiro



INICIATIVA Mozarildo elogia comissão que acompanhará conflitos em áreas indígenas

Mozarildo condena critério para reservas

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) informou ontem que o Senado criou comissão para acompanhar os conflitos entre índios e agricultores em Roraima e Mato Grosso do Sul. Ele considerou a iniciativa positiva porque, em sua opinião, o Poder Executivo monopoliza a discussão sobre o assunto.

O senador lembrou que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) proposta de emenda à Constituição de sua autoria estabelecendo competência privativa do Senado no exame das reservas indígenas e ambientais (PEC 38/99). Para Mozarildo, a criação dessas reservas, como é feita hoje, "constitui verdadeira agressão".

Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) informou que o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e o ministro da Defesa, José Viegas, estarão na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) no dia 12 para debaterem o assunto. Os senadores Augusto Botelho (PDT-RR) e Romeu Tuma (PFL-SP) manifestaram preocupação com a situação em Roraima.

Agenda

Senadores votam alterações no Cade

Serão votados hoje pelo Plenário, às 14h30, a medida provisória (MP 136/03) que altera a estrutura do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), transformando-o em autarquia, e dispõe sobre a prevenção e a repressão às

infrações contra ordem econômica; e projetos de decreto-legislativo que aprovam textos de acordos internacionais. Os senadores analisam ainda proposta que autoriza a União a trocar certificados financeiros do Tesouro (MP 137/03).



Projeto especifica violência doméstica

Na primeira parte da reunião de hoje da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), às 10h, será votado projeto que altera o Código Penal (PLC 102/03), tipificando o crime de violência doméstica. A proposta recebeu parecer favorável da relatora, senadora Serys Silhessarenko (PT-MT).

Audiência debate mudança no Judiciário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realiza hoje audiência pública com o vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Edson Vidigal, que fala sobre a reforma do Judiciário (PEC 29/00). A proposta, que será reexaminada pelo Senado, contém pontos bastante polêmicos como o controle externo do Poder Judiciário e a federalização de crimes contra os direitos humanos.



Senadores expõem situação de brasileiros nos EUA

Amanhã, às 10h, a Comissão de Relações Exteriores (CRE) ouve a exposição dos senadores Marcelo Crivella (PL-RJ) e Hélio Costa (PMDB-MG) sobre a missão parlamentar que negocia a repatriação de 922 brasileiros detidos nos Estados Unidos por imigração ilegal. A missão, que contou ainda com a presença do deputado João Magno (PT-MG) visitou casas de detenção norte-americanas no início do mês de janeiro.



CAE analisa empréstimo a Curitiba

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se amanhã, às 10h, para votar mensagem (Msg 283/03) autorizando o município de Curitiba a adquirir empréstimo, com a garantia do governo brasileiro, de até US\$ 80,04 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A verba é destinada ao financiamento parcial do Programa de Transporte Urbano de Curitiba II.

PPA em discussão hoje

A reunião de ontem da Comissão Mista de Orçamento (CMO) foi transferida para hoje, às 15h. Os parlamentares devem discutir e votar o projeto do Plano Plurianual (PPA) para o período 2004-2007 (PLN 30/03). Serão analisados ainda avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre auditorias em órgãos públicos.

Especial sobre reforma na TV

A TV Senado exhibe hoje, às 19h, um especial sobre a reforma tributária. O programa faz parte de uma série sobre temas importantes para o Senado em 2003. A reforma foi aprovada em dezembro do ano passado, mas continua em foco.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Franklin e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Paim anuncia processo contra Mário Calixto

A Mesa do Senado decidiu abrir processo administrativo destinado a afastar Mário Calixto, suplente que assumiu segunda-feira o mandato do senador licenciado Amir Lando (PMDB-RO). A informação foi dada ontem, em Plenário, pelo 1º vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS). Ele adiantou que o 2º vice-presidente do Senado, Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), será o relator do processo e garantirá o prazo de cinco dias para o suplente empossado defender-se. Calixto estava com os direitos políticos suspensos pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de Rondônia desde outubro do ano passado.

– A Mesa não tem nenhuma dúvida de que tomou a decisão correta e não vai se omitir no dever de cumprir a decisão tomada pela Justiça Eleitoral. A Mesa também já tomou as providências necessárias para que não seja feito nenhum pagamento indevido – afirmou Paim.

O 3º secretário do Senado, Heráclito Fortes (PFL-PI), declarou que a Mesa tomou a decisão mais correta e justa e que “nada disso teria ocorrido se as autoridades eleitorais tivessem comunicado que o diploma do suplente havia sido cassado”.

– E para que não pare em Rondônia e em nenhum lugar do Brasil a impressão de que não agimos com a rapidez necessária, é preciso dizer que o suplente tomou posse munido de toda a documentação que a legislação exige. Só depois da posse recebemos um fax, sem nenhum cunho oficial, de um juiz de Rondônia informando sobre a sentença – esclareceu Heráclito.

Após o final do processo administrativo, que Paim calcula encerrar-se uma semana depois de iniciado, o Senado deverá decidir pelo cumprimento da sentença judicial que já transitou em julgado.

– A falha foi da Justiça, que demorou todo esse tempo para nos comunicar uma decisão que só nos chegou segunda-feira, às 18 horas – afirmou Paim.

O relator Eduardo Siqueira Campos disse que, enquanto estiver no mandato, Mário Calixto terá direito a gabinete, fazer discurso, votar e praticar todos os atos inerentes ao cargo de senador.

Novo prazo para entidade se adaptar ao código

Fotos: Roosevelt Pinheiro



Fotos: Roosevelt Pinheiro

■ Projeto que vai à sanção dá mais um ano para que sejam cumpridas as determinações

Os senadores aprovaram ontem o projeto de iniciativa da Câmara que aumenta de um para dois anos o prazo para que associações, sociedades e fundações se adaptem às disposições do novo Código Civil, que entrou em vigor no início do ano passado. O novo prazo também beneficia os empresários. A proposta vai à sanção presidencial.

Considerado exíguo, o período de um ano previsto no código não pôde ser cumprido por várias empresas e entidades de caráter civil, que teriam um prazo muito curto para convocar seus integrantes, reunir-se e deliberar sobre alterações estatutárias.

Ao apresentar o projeto (PLC 113/03), o deputado Pastor Francisco Olímpio (PSB-PE) argumentou que o prazo estipu-

lado anteriormente impediria que muitas entidades continuassem a funcionar legalmente, já que não teriam tempo suficiente de se adaptar à nova legislação. “Inúmeras associações têm em sua relação de membros milhares e até milhões de pessoas”, afirmou. Segundo o deputado, exigir dessas entidades alterações “em tão pouco tempo, é o mesmo que reconhecer um direito por mera formalidade, inviável na prática”.

No Senado, a relatoria da matéria coube ao senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que apresentou parecer favorável, substituindo o senador Marcelo Crivella (PL-RJ), que está em missão nos Estados Unidos, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Em dezembro de 2003, o Senado aprovou outra mudança no código, para incluir as entidades religiosas e os partidos políticos no rol de pessoas de direito privado. O texto alterado era tido como “defeituoso” pelos parlamentares.

DECISÕES Além da mudança no Código Civil, o Plenário aprovou ontem três acordos internacionais

Estudantes do Mercosul terão mais facilidade para fazer pós-graduação

Projeto de decreto legislativo que aprova o protocolo de integração educacional para o prosseguimento de estudos de pós-graduação nas universidades dos estados-membros do Mercosul e da Bolívia foi acolhido ontem pelo Plenário.

O acordo internacional, incluído na pauta da convocação, garante o reconhecimento automático de títulos universitários expedidos por instituições de ensino superior dos países do bloco – Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai –, além da Bolívia, para autorizar a continuidade dos estudos de pós-graduação acadêmica.

O reconhecimento dos diplomas não habilita, porém, os



DIPLOMA NO EXTERIOR Tião Viana quer fim de barreira a exercício da profissão

formandos a exercerem as respectivas profissões, tendo em vista a assimetria existente entre os currículos universitários desses países.

No encaminhamento da votação do projeto ((PDL 856/03), o líder do PT, senador Tião Viana (AC), afirmou que seria in-

teressante que a maior facilidade de reconhecimento dos diplomas universitários pudesse também influenciar o reconhecimento mais ágil dos diplomas de estudantes brasileiros formados em universidades no exterior.

– Esses formandos são submetidos a um processo draconiano para validar seus diplomas, obtidos em instituições de ensino superior, em função do corporativismo excessivo das universidades brasileiras – protestou Tião Viana.

O Plenário aprovou ainda projeto de decreto legislativo (PDL 857/03) relativo a acordo internacional que regulamenta o uso dos símbolos do Mercosul. A medida visa coibir a utilização indevida ou abusiva dos símbolos identificadores do organismo internacional.

Senado aprova acordo entre Brasil e Rússia

Na sessão de ontem, foi acolhido projeto de decreto legislativo (PDL 855/03) que aprova acordo de assistência mútua entre Brasil e Rússia para combater infrações aduaneiras. O acordo foi firmado em Brasília em 12 de dezembro de 2001. A matéria, relatada pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE),

vai à promulgação.

Conforme o relator, o ato estabelece também o intercâmbio de informações relativas a assuntos fiscais entre os dois países e a criação de regras para a circulação de mercadorias de importância singular, tais como armas, entorpecentes, obras de arte e antiguidades.

A exposição de motivos do então ministro das Relações

Exteriores, Celso Lafer, que acompanha a mensagem presidencial, salienta que o acordo se enquadra nas diretrizes sobre gestão aduaneira, particularmente na Recomendação do Conselho de Cooperação Aduaneira da Organização Mundial das Aduanas (OMA), de 5 de dezembro de 1953, além de outras convenções sobre o assunto.

Grande número de empresas ainda não atendeu exigência

A aprovação do projeto vinha sendo reivindicada por associações, fundações, sociedades e empresas de todo o país. Elas alegavam que o prazo para adequação de estatutos e contratos ao novo Código Civil – que era de um ano e terminou no dia 11 deste mês – era exíguo diante da complexidade das alterações.

No âmbito do próprio governo federal era feita essa reivindicação. O presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Silvano

Gianni, chegou a dizer que, do jeito que estava, o Código Civil prejudicaria as empresas de pequeno porte. Diante disso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva incluiu o PLC 113/03 na pauta da convocação do Congresso.

Um levantamento do Sebrae realizado no começo do mês mostrou que quase 80% das empresas registradas em juntas comerciais de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Paraná, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal ainda não haviam feito as alterações estabelecidas pelo código.

Por falta de entendimento, é adiada a votação do PPA

As lideranças não conseguiram fechar acordo para votação do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, no qual são indicadas as áreas que deverão receber investimentos no período. O presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), convocou nova reunião para hoje.

Os líderes da base do gover-

no não aceitam a proposta do relator do PPA, senador Roberto Saturnino (PT-RJ), de reduzir gradualmente os recursos do superávit primário.

– O plenário da comissão vai dar a palavra final. Eu proponho redução do superávit e o governo quer manter o percentual de 4,25% do PIB. Minha proposta fará aumentar os investimentos – disse ele.

LEI DE FALÊNCIAS

Participantes de audiência na Comissão de Assuntos Econômicos defendem mudança na proposta em exame para evitar prioridade no pagamento de empréstimos bancários



Célio Azevedo

DISCUSSÃO Considerado um dos itens mais importantes da convocação, projeto foi debatido com autoridades da área econômica, em reunião presidida por Tebet (segundo à direita)

Crédito trabalhista pode ter mais proteção

Senadores e autoridades que participaram da audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para instruir o projeto de nova Lei de Falências concordaram que a proposta da Câmara deve ser alterada para assegurar que os créditos devidos a trabalhadores tenham prioridade de pagamento no caso da falência de empresas.

As opiniões foram dadas depois que os senadores Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Eduardo Suplicy (PT-SP) e o relator do projeto, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), mostraram preocupação com a possível perda de prioridade para os créditos trabalhistas na

proposta em discussão. Tais declarações levaram o secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça, Daniel Goldberg, a admitir que o projeto pode ser aperfeiçoado.

Valadares registrou que, na legislação em vigor, em caso de falência, os trabalhadores são os primeiros a receberem os valores que lhes são devidos, seguidos pelos créditos tributários. No projeto em discussão, Valadares considera que esse dispositivo é praticamente anulado pelo artigo 26, que institui o "pedido de restituição na falência".

— Ou seja, um contrato bancário, uma hipoteca se sobrepõem ao crédito trabalhista. A

introdução do dispositivo foi motivada por pressão do capital financeiro internacional? Essa é uma injustiça e uma discriminação inconcebível para o Brasil, ainda mais quando é governado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que dedicou sua vida à proteção ao mais fraco — lamentou Valadares.

Nessa linha, Tebet destacou que não há argumentos para que não se dê prioridade às dívidas trabalhistas na falência, quando já não há mais possibilidade de recuperação da empresa e de garantia dos empregos.

Goldberg explicou que a intenção do projeto não é permitir que ativos da empresa sejam

usados para pagamento de empréstimos ou outras dívidas antes das obrigações trabalhistas. A restituição, interpretou, deve ser feita quando o bem é alugado ou arrendado, como no caso de aviões pelas empresas aéreas. Mas, diante dos argumentos de Tebet, quanto à redação do artigo 26, Goldberg admitiu alterações para aperfeiçoar o texto do dispositivo.

Correções

Já o senador Eduardo Suplicy pediu sugestões para evitar que haja abusos na prioridade dada ao pagamento de créditos trabalhistas, pelos quais diretores da empresa falimentar conseguem receber altas remunerações antes do paga-

mento das dívidas com trabalhadores que recebem salários mais baixos. Ele opinou que a aplicação de um teto pode ser inadequada, acrescentando que o cálculo do valor médio dos salários da empresa pode servir de referência para os pagamentos.

Suplicy lembrou ter apresentado, juntamente com o senador Paulo Paim (PT-RS), emenda para suprimir o artigo 28, pelo qual os adiantamentos de contratos de câmbio (ACCs), concedidos por instituições financeiras a empresas exportadoras, seriam pagos antes de integrados à massa falida e, portanto, antes das dívidas trabalhistas.

Proposta atende à atividade produtiva, destaca secretário

Durante a audiência pública, o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Marcos Lisboa, elogiou a proposta de nova Lei de Falências, por ela permitir que uma empresa em dificuldades, ainda que perca algum patrimônio, mantenha a sua atividade produtiva e, principalmente, os empregos.

A análise de Lisboa acompanhou avaliação de que o projeto não dá tratamento diferenciado às instituições financeiras no recebimento de créditos de empresas em estado falimentar. Ele ressaltou, porém, que há dois tipos de crédito provenientes de bancos que precisam ser mantidos, pois, do contrário, a empresa não seria capaz de manter o seu negócio.

Dessa forma, continuou, o objetivo principal da lei, de evitar a quebra de empresas, deixa de existir. Esses créditos, disse Lisboa, seriam empréstimos para compra de bens de capital, essenciais para o funcionamento da empresa e os empréstimos de curto prazo.

A preservação da prioridade dada a créditos trabalhistas, segundo o secretário de Política Econômica, foi respeitada por se tratar de uma importante conquista dos trabalhadores. Lisboa advertiu, porém, que, conforme a legislação atual, em muitos casos, os direitos trabalhistas não estão plenamente atendidos. Para isso, ele recomendou que os salários mais baixos tenham mais mecanismos de proteção com relação

às altas remunerações, geralmente recebidas por diretores de grandes empresas.

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) também saiu em defesa do projeto por considerar que a legislação proposta não visa somente o mercado financeiro, ao contrário do que afirmam os críticos da proposta. Da mesma forma, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ressaltou a importância da empresa para a economia nacional como agente de desenvolvimento econômico de um país. Segundo Valadares, a recuperação de empresas em dificuldades, um dos objetivos da nova Lei de Falên-

Salários mais baixos devem ter mecanismos de proteção, afirma Marcos Lisboa

cias, é essencial por proteger o emprego.

Recuperação

Já o secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça, Daniel Goldberg,

afirmou que o objetivo principal da nova lei deve ser recuperar empresas em dificuldades financeiras.

O representante do Ministério da Justiça destacou que a atual legislação criou situações bem diversas para as companhias, dependendo do porte da instituição. As grandes empresas conseguem negociar com credores, convencendo a todos de que a melhor situação para eles é chegar a um acordo sem

recorrer à Justiça, observou. Já os pequenos devedores caem automaticamente na hipótese de confissão de falência quando estão com dificuldades financeiras, disse ele.

— Fora as grandes corporações, o resto da economia não tem acesso a operações sofisticadas de negociação de dívida. Quando chamam os credores para negociar, acabam por confessar automaticamente sua falência.

Goldberg afirmou que as empresas que, atualmente, recorrem à concordata "não precisam dela". O secretário disse que, segundo as regras atuais, em vigor desde 1945, "quem efetivamente precisa de concordata não consegue escapar da falência".

LEI DE FALÊNCIAS

Morosidade judicial em casos de falência foi criticada na CAE em debate com representantes do governo. Redução dos *spreads* bancários também foi discutida



DEBATE Audiência pública permitiu aos integrantes da CAE o aprofundamento de questões polêmicas

Menos burocracia, o apelo dos senadores

A audiência pública promovida pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) serviu para que vários senadores apontassem a burocracia tributária e judiciária como entraves para o fortalecimento das empresas e, conseqüentemente, para o crescimento econômico e a geração de empregos.

Para o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), o projeto de Lei de Falências em exame na CAE contém avanços importantes, como o maior poder de participação e fiscalização dos credores na venda de ativos da empresa falida, o que pode, inclusive, diminuir a demora nos procedimentos falimentares. Ele questionou, porém, se o Poder Judiciário estaria preparado para dar conta das modificações propostas. Da mesma forma, o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) condenou a morosidade judicial nos casos de falência, pois, na sua opinião, deve ser discutida como ponto crucial na regulamentação do assunto.

Em resposta, o secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça, Daniel Goldberg, disse que a lei precisará de um prazo para sua aplicação. Ele concordou com a análise de que não pode haver demora na execução das falências, pois,

quando há perda de credibilidade, as empresas, especialmente aquelas com ações negociadas em bolsa, vão à bancarrota em questão de horas. No caso da operação brasileira da Parmalat, Goldberg analisou que a corrida aos ativos da empresa leva a uma situação em que perdem os credores e perde a sociedade.

— Se a nova lei estivesse em vigor, seria criado um comitê de credores e devedores da Parmalat e um plano de reestruturação de dívidas, que deveria ser aprovado em assembléia. O fluxo de caixa da Parmalat poderia ser aberto, e a empresa continuar operando. A corrida aos ativos pode quebrar a empresa e os próprios produtores de leite — analisou Goldberg.

Dívidas tributárias

Em resposta ao senador Ney Suassuna (PMDB-PB), Goldberg concordou que a recuperação judicial da empresa em dificuldades deve vir acompanhada da possibilidade de reestruturação das dívidas tributárias. Caso contrário, afirmou, seria criada uma assimetria que poderia comprometer a recuperação da empresa. Suassuna cobrou iniciativas do governo para reduzir a burocracia e permitir a renegociação de dívidas junto ao Fisco.

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) registrou que a matéria de capa da revista *Veja* desta semana aponta que o país tem a segunda pior burocracia para fechar empresas. O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Marcos Lisboa, concordou que o desenho institucional brasileiro está equivocado, induzindo a atividade produtiva à informalidade, com impactos negativos sobre a produtividade, o crescimento econômico e a proteção ao trabalhador. Ele defendeu a simplificação de métodos por meio de, por exemplo, unificação dos procedimentos das juntas comerciais e Receita Federal, que está em andamento.

Relator do projeto, o presidente da CAE, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), elogiou o destaque dado pela revista ao assunto, demonstrando que o tema aflige a sociedade. “O excesso de burocracia é um entrave ao desenvolvimento”, declarou Tebet, reconhecendo que o tema é freqüentemente abordado por Suassuna.

Nas discussões, Rodolpho Tourinho disse considerar um recuo a não sujeição de sociedades de economia mista e de empresas públicas à proposta da nova Lei de Falências.

Projeto contribui para reduzir custo do dinheiro

O projeto de Lei de Falências deve contribuir para reduzir os *spreads* bancários (taxa adicional de risco cobrada no mercado financeiro), segundo avaliação apresentada ontem pelo diretor de Política Econômica do Banco Central (BC), Afonso Sant’Anna Bevilaqua, aos integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), durante audiência pública. Ele explicou que a facilidade de acesso às garantias reais oferecidas nos empréstimos, prevista no texto aprovado pela Câmara dos Deputados, deve aumentar o volume de crédito e reduzir o custo do dinheiro.

Mas o senador César Borges (PFL-BA), um dos autores do requerimento para a realização da audiência, disse que só a redução da inadimplência não é suficiente para

Banco Central deve fixar metas de redução dos *spreads*, propõe César Borges

promover queda nos *spreads* praticados pelos bancos. O senador citou estudo do BC que indica que a inadimplência corresponde apenas a 19% na composição dessa taxa bancária (que é a diferença entre o custo de captação e o de aplicação dos recursos).

Para César Borges, o que mais pesa no *spread* é a margem de lucro das instituições bancárias. Ele lembrou que no passado recente a inadimplência diminuiu e os *spreads* não baixaram. O parlamentar mostrou sua preocupação em aprovar uma lei que não promova a redução dessa taxa cobrada pelos bancos. E propôs que o BC fixe metas de redução dos

spreads bancários, no que foi apoiado pelo senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), favorável a algum tipo de controle dessas taxas.

Meta

A proposta de fixação de metas para reduzir os *spreads* foi rejeitada pelo diretor do BC, que não vê como isso possa ser feito. Bevilaqua ressaltou que essa queda é uma decorrência da combinação de vários fatores, como a estabilidade macroeconômica e a melhoria da qualidade das garantias oferecidas nas operações de crédito. Ele citou como exemplo o empréstimo consignado em folha

de salário que está sendo operacionalizado com as taxas de juros mais baixas do mercado.

Tourinho defendeu o aumento da competição no sistema financeiro

para reduzir esse diferencial entre captação e aplicação do dinheiro. Bevilaqua afirmou que a redução dos *spreads* bancários é prioridade do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. Disse ainda que o BC tem tomado algumas providências para aumentar a capilaridade do sistema financeiro, como o microcrédito.

Em resposta ao relator da matéria, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), o diretor do BC concordou que é preciso aprimorar os mecanismos de diferenciação do risco nas operações de crédito, porque muitos tomadores acabam pagando pela média mesmo quando oferecem garantias melhores.



DIVERGÊNCIA Para Bevilaqua (D), diretor do BC, queda dos *spreads* é resultado da combinação de fatores, não sendo possível fixar metas

Independência do BC é tema de debate na CAE

Diretor de Política Econômica do Banco Central diz que autonomia pode ajudar no combate à inflação

A autonomia do Banco Central foi um dos temas abordados durante a audiência pública realizada ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), destinada a discutir a nova Lei de Falências (PLC 71/03). O diretor de Política Econômica do Banco Central, Afonso Sant'Anna Bevilaqua, afirmou haver indicativos de que países que têm bancos centrais autônomos contam também com taxas de inflação a longo prazo menores, o que garante maior bem-estar social.

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) defendeu a autonomia do BC, o que, destacou, não significa a total independência da instituição. Para que a autonomia aconteça, Tourinho considera importante retirar da alçada do BC assuntos que não devem estar sob competência do banco, como os consórcios. Tourinho apresentou projeto nesse sentido, relatado na CAE pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Marcos Lisboa, afirmou que a independência dos bancos centrais é debatida em vários países, mas não há consenso sobre de que forma a sociedade deve gerir melhor o funcionamento dessas instituições, nem sobre quais devem ser suas competências e o grau de autonomia.

Lisboa disse que as discussões sobre o assunto ocorrem nos mais diversos países, mas os objetivos são similares: gerar maior controle social sobre os diversos aspectos da política monetária. De qualquer forma, destacou, o ponto mais importante é viabilizar uma política monetária estável.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmou que o governo não quer perder poder, e por isso o debate sobre a independência do Banco Central não prospera no Congresso Nacional.

Debatendo a questão das falências de modo geral, o secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça, Daniel Goldberg, afirmou que, quando um prestador de serviços públicos vai à falência, os prejuízos são sentidos por toda a população.



José Cruz

CONTRIBUIÇÃO Antonio Carlos explicou que seu projeto ajuda a reduzir os *spreads* bancários, pois gera concorrência no mercado

Projeto de Antonio Carlos tem o apoio do governo

O projeto do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que confere ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) competência para fiscalizar a defesa da concorrência do sistema financeiro junto ao Banco Central (BC), obteve apoio do governo. Foi o que anunciou o secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça, Daniel Goldberg, durante os debates na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) sobre as mudanças na legislação que regula as falências e as concordatas no país.

O senador ressaltou que seu projeto contribui para reduzir os *spreads* bancários, já que induz um aumento na competição do sistema financeiro. Em resposta a Antonio Carlos, o

secretário lembrou que houve um parecer contrário da Advocacia Geral da União (AGU) no governo passado em função de uma consulta pedida pelo próprio senador. A AGU foi favorável a manter essa fiscalização concentrada no BC. Mas, em reunião com a participação do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, houve entendimento dentro do governo em apoiar o projeto de Antonio Carlos.

O secretário disse que o cliente enfrenta dificuldades para trocar de banco, porque atualmente não pode levar seu cadastro de bom pagador, o que contribuiria para baixar os juros do cheque especial. Na sua avaliação, isso impede a competição entre os bancos.



Célio Azevedo

RETRAÇÃO Durante a segunda audiência pública da CAE, César Borges criticou ajuste econômico

César Borges defende setor produtivo

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) volta a se reunir amanhã, a partir das 10h, para examinar autorização de empréstimo para Curitiba (PR) e as metas da política monetária para o primeiro trimestre deste ano, conforme anunciou o presidente da comissão, senador Ramez Tebet (PMDB-MS). Ele informou ainda que a CAE prosseguirá com os debates públicos sobre o projeto de Lei de Falências.

Durante a segunda audiência pública da CAE, o senador César Borges (PFL-BA) criticou o preço elevado que a sociedade brasileira vem pagando com o ajuste econômico promovido

pelo governo, que resultou em um crescimento da economia nacional próximo a zero no ano passado. Ele destacou matéria veiculada pelo jornal *Folha de S. Paulo* no fim de semana, apontando a queda da renda e o aumento do desemprego.

César Borges chamou atenção para a "fragilidade e instabilidade" da economia, já que os investimentos feitos no país têm sido mais especulativos do que voltados para o setor produtivo.

Em resposta, o diretor de Política Econômica do Banco Central, Afonso Sant'Anna Bevilaqua, informou que a evolução do Produto Interno Bru-

to (PIB) deve ser de 0,3% e que o preço pago pelo ajuste econômico foi menor do que em outros países, que enfrentaram expressiva retração das suas economias.

O diretor do BC defendeu uma política econômica "responsável e cautelosa", como a atual, capaz de garantir um crescimento econômico sustentado.

– As empresas só contratam quando há sinais claros de um ciclo econômico sustentado. A ousadia é uma característica importante em uma série de atividades, mas não sei se se aplica em gestão de política econômica – sublinhou.



Jane de Araújo

Paim recebe ministro das Cidades e elogia inspeção técnica em veículos

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim, recebeu ontem a visita do ministro das Cidades, Olívio Dutra (na foto, à esquerda), que apresentou o balanço do primeiro ano de atividades de seu ministério e conversou sobre projeto instituindo a inspeção técnica de segurança para veículos, que deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional.

– O ministro expressou a preocupação do governo com a preservação da vida, pois os acidentes de trânsito deixam mais de 30 mil mortos e 300 mil feridos ao ano, além de cerca de R\$ 10 bilhões em prejuízos. A adoção da inspeção técnica deverá diminuir essas estatísticas – esclareceu o senador.

Paim acredita no apoio dos parlamentares à proposta.

Efraim pede calma para votar reforma



Governo tem sido contraditório, afirma Efraim

A intenção do governo de votar a reforma do Judiciário ainda no período de convocação extraordinária foi criticada ontem pelo senador Efraim Morais (PFL-PB).

Segundo ele, o assunto deve ser melhor discutido pelos vários setores ligados à questão e votado "com tranquilidade" até o fim deste semestre.

Efraim considerou contraditória a urgência do governo em relação à reforma do Judiciário, quando a reforma da Previdência, objeto principal da convocação, está sendo tratada com descaso.

O líder do PT, Tião Viana (AC), disse que a reforma do Judiciário ainda não foi votada, apesar de tramitar há 12 anos no Congresso, porque o debate na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vem sendo "esvaziado".

Papaléo destaca papel da OAB nas discussões



Papaléo: votação urgente da reforma do Judiciário

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) cumprimentou o novo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Roberto Antônio Busato, e os novos conselheiros federais da entidade, que to-

marão posse em Brasília no dia 1º de fevereiro.

Para ele, a OAB pode dar importante contribuição à discussão da reforma do Judiciário.

Papaléo ressaltou a necessidade de uma votação urgente da reforma, por entender que o melhor instrumento de promoção de cidadania continua sendo um sistema judiciário eficaz, ágil e acessível.

Entre os pontos mais importantes da reforma, o senador destacou o controle externo do Judiciário.

Socorro às vítimas das enchentes provoca discussão em Plenário

Senadora Ideli Salvatti apresentou ontem relato sobre as providências do governo federal, em especial do Ministério da Integração Nacional, para ajuda às populações afetadas pelas fortes chuvas dos últimos dias. Senadores por Sergipe, Maria do Carmo Alves e Almeida Lima discordaram das informações prestadas pelo ministro Ciro Gomes.

Para os parlamentares, as ações emergenciais adotadas foram realizadas pelo governo do estado, que assumiu a assistência às cidades mais afetadas.

IDELI SALVATTI

Executivo amplia recursos para atender vítimas

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) relatou em Plenário as iniciativas do governo federal contra as enchentes e disse que portaria do Ministério da Integração Nacional, publicada em 22 de janeiro, ampliou para R\$ 32 milhões os recursos destinados a ações emergenciais.

Ela pediu aos prefeitos e governadores dos municípios e dos estados atingidos que agilizem o envio, ao ministério, dos relatórios sobre as situações de emergência em seus territórios, assim como do plano de aplicação dos recursos emergenciais, exigências legais



Fotos: Roosevelt Pinheiro

para a liberação das verbas.

De acordo com Ideli, o ministério também está estruturando o Centro Nacional de Gerenciamento de Desastres, que acompanhará 24 horas por dia os fenômenos meteorológicos, para alertar as comunidades consideradas em perigo.

A parlamentar destacou ainda as medidas tomadas pelo governo para melhorar a situação no estado de Sergipe, fortemente atingido pelas chuvas nos últimos dias.

MARIA DO CARMO

Governo do estado assume ações em Sergipe

A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) afirmou não serem verdadeiras as informações dadas pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC) ontem em Plenário, sobre a ajuda do governo federal ao estado de Sergipe, castigado por fortes chuvas neste mês.

– Ela listou uma série de providências que o governo federal havia tomado com relação a Sergipe. Mas lamento informar que não há nenhuma dessas providências efetivada. Foi o governo do estado que teve de bancar toda a assistência emergencial às três cidades de



Sergipe que estão isoladas da capital, Poço Redondo, Porto da Folha e Canindé, extremamente prejudicadas pelas chuvas – afirmou a senadora.

De acordo com Maria do Carmo, o Exército iniciou a instalação de sete pontes móveis, contratadas pelo estado. Ela elogiou a rapidez dos militares em atender à solicitação do governo sergipano e acrescentou que o governador João Alves (PFL) deve inaugurar as pontes móveis no domingo.

ALMEIDA LIMA

nistro, em apresentação feita pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC), seriam seis, e não duas, as pontes destruídas ou danificadas seriamente pelas chuvas, que teriam também desabrigado 740, e não 135 pessoas.

– A culpa não é da senadora Ideli, mas as informações não correspondem à verdade – disse Almeida Lima.

Segundo ele, as ações relativas à calamidade foram adotadas pelo governo estadual, que contou com a ajuda do Exército na instalação de pontes móveis. Em aparte, Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) pediu que Almeida Lima mantivesse a confiança em Ciro. As críticas do senador por Sergipe, entretanto, foram apoiadas pelo senador João Tenório (PSDB-AL).



Contradição nas informações de Ciro Gomes

O senador Almeida Lima (PDT-SE) alertou para as contradições entre a realidade das enchentes em Sergipe e o informe de providências enviado ao Senado pelo ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes. Ao contrário do que informou o mi-



HERÁCLITO FORTES

ção de estradas e ilharam a população de algumas cidades. Diante desse quadro, o parlamentar apelou aos governos federal e estadual para "driblar" a burocracia e apressarem a assistência às vítimas do fenômeno climático.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) lembrou que, no passado, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) prestava auxílio imediato em calamidades climáticas. Já João Tenório (PSDB-AL) observou que, em uma região castigada pela seca, os efeitos de chuvas são sempre dramáticos. A exemplo de Heráclito, o senador Efraim Morais (PFL-PB) manifestou preocupação com o agravamento da situação com a chegada das "águas de março".

É preciso "driblar" a burocracia e apressar a ajuda

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) fez um relato sobre os estragos causados pelas chuvas em diversos municípios do Piauí. Além de deixar dezenas de piauienses desabrigados, as recentes enchentes derrubaram pontes, provocaram a interdi-



Roosevelt Pinheiro

Pavan condena contratação sem concurso

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) condenou ontem o fato de o governo federal ter decidido contratar 3 mil novos funcionários sem concurso público. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva editou medida provisória (MP) para permitir essas contratações, estabelecendo salários que vão de R\$ 1,6 mil a R\$ 7,3 mil.

– Isso vai gerar uma despesa de R\$ 58 milhões por mês. Com esse dinheiro seria possível construir 5 mil casas populares por mês.

Pavan lembrou que, nesse fim de semana, os jornais publicaram dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostrando que o desemprego atinge 12,3% da população economicamente ativa, “um novo recorde”, e que a queda da renda média dos trabalhadores chegou a 12,5%.

O senador se disse “revoltado”, porque se fez uma reforma para economizar e, para isso, foram sacrificados velhinhos, viúvas, aposentados e funcionários públicos”.

Se era para economizar, acrescentou, por que contratar mais 3 mil, e sem concurso?, questionou.

– Por que não reformar para atender os mais de 10 milhões de desempregados? Você que está desempregado e que acreditou nessa promessa, corra e apresente sua ficha, mostre que é filiado e se candidate a um desses 3 mil empregos. Para criar emprego é preciso investir na agricultura, nas micro e pequenas empresas e até na de fundo de quintal – afirmou.

DESEMPREGO Leonel Pavan se diz “revoltado” com ação do governo federal



Roosevelt Pinheiro

PRIORIDADE Conforme Suassuna, foco deve estar nos problemas brasileiros

Suassuna defende agenda nacional

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu a necessidade de o Brasil estabelecer uma agenda nacional própria, dando prioridade aos problemas do país, em vez de continuar a se pautar por uma agenda estrangeira, em que as necessidades brasileiras não são consideradas. Para embasar sua opinião, ele leu o texto de uma palestra proferida pelo professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) César Benjamim analisando o primeiro ano do governo Luiz Inácio Lula da Silva.

Petista histórico, Benjamim disse em sua palestra, realizada na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), que a crise brasileira é apenas secundariamente econômica. O dilema central do governo Lula é político. Falta ao país não apenas um projeto, mas falta vontade de ter um projeto.

Benjamim também opinou que, em vez de uma “herança maldita” na macroeconomia, o governo Lula herdou uma herança maldita no imaginário do país. Os brasileiros perderam a autoconfiança e passaram a raciocinar como integrantes de um país pequeno, problemático, frágil, sempre doente, pedinte e necessitado de auxílio.

– Uma segunda herança maldita é a terrível incapacidade de construir nossa própria agenda. Quais são os nossos problemas? Reparem qual é a agenda brasileira há muitos anos: o chamado risco Brasil, a cotação do dólar e a oscilação da bolsa de valores. Que tem isso a ver com o nosso povo?

Suassuna comentou que, mesmo sem concordar com toda a manifestação do professor, quer alertar o governo sobre a necessidade de o país deixar de apenas se preocupar com as questões econômicas.

Bornhausen pede explicações sobre contratos do BNDES e da Petrobras

■ Plataforma quase dobrou de preço e banco perdeu juros de US\$ 193 milhões, afirma senador

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) disse ontem que seu partido deseja “obter esclarecimentos completos” sobre o contrato feito pela Petrobras para a construção da plataforma de exploração submarina de petróleo P-52, no valor de US\$ 923 milhões. O PFL também quer explicações sobre o contrato realizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o refinanciamento da dívida da empresa americana AES de US\$ 1,2 bilhão, perdendo, “inexplicavelmente”, ressaltou o senador, juros de mora de US\$ 193,7 milhões.

Bornhausen observou que a Petrobras gastou, em mais de



Roosevelt Pinheiro

PUBLICIDADE Bornhausen diz que Petrobras gastou R\$ 54 milhões para justificar contrato

100 jornais e em encartes nas principais revistas, cerca de R\$ 54 milhões para justificar o contrato, ressaltando que fez um investimento de US\$ 923 milhões e gerará 2.500 empregos diretos. O senador lembrou visita que o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva fez a um estaleiro no Rio de Janeiro para condenar a contratação

de uma plataforma em Cingapura. Na época, assinalou o senador, Lula afirmou que 25 mil empregos deixariam de ser criados.

O senador salientou que, após vários adiamentos da licitação (oito meses), que acarretaram perdas no valor de US\$ 100 milhões por mês, por plataforma, a Petrobras respondeu a requerimento do senador José Jorge (PFL-PE) informando que decidira por contratar o consórcio Fels/Setal/Technip para a construção da P-52 por US\$ 774,9 milhões.

– No fim de dezembro, o presidente da República participou da celebração do contrato que, orçado em US\$ 500 milhões, quase dobrou.

Citando editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*, Bornhausen acrescentou detalhes omitidos na publicidade da Petrobras para a P-52, como o índice de nacionalização de 40%, abaixo dos 45% previstos e muito abai-

xo dos 55% obtidos com a construção da plataforma P-50 nos estaleiros Juong, em Cingapura. O senador continuou lembrando que não se levou em consideração o pagamento de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) ao estado do Rio de Janeiro, que chegará a US\$ 170 milhões, o que representa um sobrepreço de US\$ 130 milhões sobre a mesma plataforma construída no exterior.

O senador Tião Viana (PT-AC) defendeu o governo dizendo que o processo de licitação foi demorado porque as empresas alegaram que os prazos eram pequenos e solicitaram que fossem aumentados. Além disso, Tião Viana avaliou que esse tipo de plataforma exige tecnologia de ponta, e componentes viriam da Itália e dos Estados Unidos, enquanto os componentes nacionais exigiram uma “luta árdua” da Petrobras junto às indústrias do setor.

Crivella sugere CPI para investigar quadrilhas na fronteira México-EUA

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) vai propor a criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar quadrilhas que estariam facilitando a entrada de brasileiros em território norte-americano. Conhecidos por *coyotes*, esses intermediários também deverão ser investigados pelo Ministério Público e pela Polícia Federal. Os primeiros 262 bra-

sileiros que estavam presos nos Estados Unidos por tentarem entrar ilegalmente naquele país pela fronteira do México deverão desembarcar hoje em Belo Horizonte (MG).

Uma comitiva do Congresso, que contou com a participação de Hélio Costa (PMDB-MG) e Marcelo Crivella, viajou para os Estados Unidos em 5 de janeiro, visitando centros de deten-

ção. O governo norte-americano fretou um avião para trazer os brasileiros. Os demais – são mais de 1.500 no total – deverão chegar até abril.

Maguito Vilela (PMDB-GO) prometeu enviar um ônibus a Belo Horizonte para buscar os goianos repatriados. Já Ideli Salvatti (PT-SC) intermediou a ida de um avião Bandeirantes para receber os catarinenses.



Célio Azeredo

RETORNO Crivella ressalta que primeiro grupo de repatriados chega hoje ao Brasil

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma, Leonel Pavan e pela senadora Lúcia Vânia